



**CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

**SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA CCJC  
AO PROJETO DE LEI Nº 3.852, DE 2004**

Altera o Código Penal e o Código de Processo Penal, para determinar a perda, em favor da União, de imóvel utilizado como cativeiro nos crimes de sequestro e cárcere privado, e de extorsão mediante sequestro, nos casos em que seu proprietário houver concorrido para o crime.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei modifica dispositivos do Código Penal e do Código de Processo Penal, para determinar a perda, em favor da União, do imóvel utilizado como cativeiro nos crimes de sequestro e cárcere privado, e de extorsão mediante sequestro, quando seu proprietário houver concorrido para a execução do crime.

Art. 2º O inciso II, do art. 91, do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa vigorar acrescido da seguinte alínea c:

Art. 91. ....

II - ....

c – do imóvel utilizado como cativeiro nos crimes previstos nos arts. 148 e 159 deste Código, nos casos em que seu proprietário houver, de qualquer modo, concorrido para o crime, caso em que o juiz expressamente o declarará na sentença.

.....

§ 3º O disposto neste artigo não prevalecerá em relação ao bem de família.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

Art. 3º O parágrafo único do art. 93 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa vigorar com a seguinte redação:

“Art. 93 . . . . .

Parágrafo único. A reabilitação poderá, também, atingir os efeitos da condenação, previstos no art. 92 deste Código, vedada reintegração na situação anterior, nos casos dos incisos I, II e III do mesmo artigo.”

Art. 4º O art. 125 do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 125. . . . .

Parágrafo único. Caberá também o sequestro do bem imóvel utilizado como cativoiro, nos termos da alínea c, do inciso II, do art. 91, do Código Penal.”

Art. 5º. O art. 130 do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso III:

“Art. 130. . . . .

III – pelo proprietário do imóvel utilizado como cativoiro, sob o fundamento de não ter concorrido para o crime.”

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão, em 06 de junho de 2018.

Deputado DANIEL VILELA  
Presidente